

**HABEAS CORPUS Nº 549.105 - PR (2019/0358832-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : WILLIAN ANDERSON HERVIS  
**ADVOGADOS** : WILLIAN ANDERSON HERVIS - PR073580  
BARBARA LOUISE BREMM HERVIS - PR053904  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : SANDRO MORETTI JUSSELINO MANICÓBA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de SANDRO MORETTI JUSSELINO MANICÓBA contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (HC nº 0052378-48.2019.8.16.0000) assim ementado (e-STJ fls. 60/61):

*HABEAS CORPUS COM PEDIDO LIMINAR. APURAÇÃO DOS CRIMES DE FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO MAJORADA (ART. 297, § 1º, DO CÓDIGO PENAL), USO DE DOCUMENTO FALSO (ART. 304 DO CÓDIGO PENAL) E PECULATO-FURTO (ART. 312, § 1º, PRIMEIRA PARTE, DO CÓDIGO PENAL). PACIENTE QUE, NA QUALIDADE DE ADVOGADO, EM TESE, TERIA FALSIFICADO ASSINATURA DE MAGISTRADA, COM O INTUITO DE LEVANTAR VALORES DEPOSITADOS EM CONTA JUDICIAL. INCONFORMISMO COM O DECRETO PREVENTIVO. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE. DECISÃO DELIBERADA POR ESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA POR MEIO DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. NÃO CONHECIMENTO. EXCESSO DE PRAZO. ILEGALIDADE QUE NÃO SE VERIFICA. DIVERSIDADE DE RÉUS. COMPLEXIDADE DO FEITO. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO JUÍZO. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESTA EXTENSÃO, DENEGADA.*

No presente *writ*, sustenta a defesa que "o Estado Juiz, na figura da autoridade coatora devidamente qualificada, insiste na manutenção da prisão preventiva do Paciente, ainda que de clareza solar o excesso de prazo para o encerramento da instrução processual e da ausência de fundamentação idônea para a

persistência da segregação cautelar, agindo com flagrante abusividade considerando a existência de medidas cautelares diversas da prisão, suficientes e adequadas ao caso em concreto, tendo em vista a primariedade do Paciente" (e-STJ fls. 17).

Alega ausência de contemporaneidade dos fatos imputados nas denúncias, o que afasta a necessidade da segregação cautelar do paciente.

Assevera, ainda, que o paciente possui ocupação lícita e residência fixa, bem como sua prisão cautelar se estende por 333 (trezentos e trinta e três) dias, o que não parecer razoável.

Ao final, requer, liminarmente e no mérito, seja revogada a prisão preventiva decretada contra o paciente.

É o relatório. Decido.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, mesmo porque os requisitos da prisão preventiva já foram examinados nesta Corte Superior (HC-476.691/PR).

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos e das informações a serem prestadas pela instância singela, para se aferir a existência do alegado constrangimento ilegal por excesso de prazo na instrução criminal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Solicitem-se informações ao Juízo de 1º grau acerca do andamento das ações penais em que o paciente responde.

Prestadas as informações, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator